

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A ATUAÇÃO DE EDUCADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS À PRÁTICA PROFISSIONAL

Maria de Fátima Menezes de Oliveira¹, Rodrigo Freitas Borges¹, Creso Machado Lopes¹, Úrsula Maria Maia Nogueira Silva³, Hadhianne Peres Lima³ e Maria de Lourdes Esteves Bezerra²

1. Centro de Ciências da Saúde e do Desporto da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil;
2. Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil.
3. Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil;

RESUMO

Introdução. A educação inclusiva representa movimento mundial em defesa às necessidades especiais no ensino regular. Objetivo Geral: Levantar a percepção da atuação dos educadores com atividades em salas de recursos multifuncionais inclusivos da rede de ensino regular das escolas estaduais urbanas de Rio Branco - Acre - Brasil, com destaque as perspectivas e desafios a sua prática profissional. Material e Método. Pesquisa descritiva, quanti-qualitativa junto a 28 educadores especiais, com atividades na Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Estado do Acre - Brasil. Resultados. Destacam-se os 46,4% na faixa 41-50 anos, sendo 96,4% do sexo feminino e 71,4% formados em pedagogia e letras portuguesas, quando 78,0% se sentiam preparados no ensino especial. Dos participantes 85,4% discutiram a Política Nacional de Educação Especial, aliado 27,0% que responderam ter educação continuada pela secretaria, e que só 17,8% das escolas ofereceram educação continuada própria. Para 54,5% possuem infraestrutura física, mobiliária e equipamentos e 67,8% desenvolvem métodos e técnicas pedagógicas ao ensino regular. Destacou a necessidade de integrar o aluno no ensino regular para vencer os preconceitos. As facilidades foram dar ênfase no trabalho para os alunos aprenderem, e as dificuldades, são pais não se envolvem e não acreditarem no potencial do aluno especial, além da participação da família e comunidade não ser tarefa fácil. Conclusão. Foi possível levantar conhecimentos sobre a temática, cujos resultados poderão trazer importantes contribuições ao órgão gestor / formador / educadores / família / comunidade e servidores em prol as políticas públicas voltadas à educação inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão social, Educação inclusiva e Educação especial.

ABSTRACT

Introduction. Inclusive education represents a worldwide movement in defense of special needs in mainstream education. General Objective: To raise the perception of the performance of educators with activities in rooms with multifunctional resources inclusive of

the regular education network of urban state schools in Rio Branco - Acre - Brazil, highlighting the perspectives and challenges to their professional practice. Material and Method. Descriptive, quantitative and qualitative research with 28 special educators, with activities at the State Department of Education and Sport of the State of Acre - Brazil. Results. The 46.4% in the 41-50 age group stand out, with 96.4% being female and 71.4% trained in Portuguese pedagogy and letters, when 78.0% felt prepared in special education. Of the participants, 85.4% discussed the National Special Education Policy, together with 27.0% who answered that they had continued education by the secretariat, and that only 17.8% of the schools offered their own continuing education. For 54.5% they have physical infrastructure, furniture and equipment and 67.8% develop pedagogical methods and techniques for regular education. He highlighted the need to integrate the student in regular education to overcome prejudices. The facilities were to emphasize the work for students to learn, and the difficulties, parents are not involved and do not believe in the potential of the special student, in addition to the participation of family and community is not an easy task. Conclusion. It was possible to raise knowledge about the theme, the results of which may bring important contributions to the management body / trainer / educators / family / community and civil servants in favor of public policies aimed at inclusive education.

Keywords: Social inclusion, Inclusive education and Special education.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva teve sua origem nos Estados Unidos no ano de 1975, mediante a criação da Lei Pública nº 94.142, sendo que a partir daí foi se consolidando ao atingir outros países e inclusive o Brasil (MRECH 2012).

Para a citada autora inclusão é:

Atender aos estudantes portadores de necessidades especiais nas vizinhanças da sua residência; propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns; propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes; levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência e propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum.

Prosseguindo nesta temática, percebe-se que a educação inclusiva, está relacionada a movimentos em nível mundial representando uma ação política, cultural, social e pedagógica, com o intuito de desenvolver propostas em direção à defesa dos alunos para que estes estejam juntos aos alunos do ensino regular para que aprendam e participem, sem a ocorrência de qualquer tipo de discriminação social.

Neste contexto, para Vaz (2012) a educação inclusiva encontra-se cada vez mais presente no cotidiano escolar, enquanto que para Mrech (2012) esta não surgiu ao acaso, e sim é produto histórico de uma determinada época, bem como de realidades educacionais

contemporâneas, se constituindo em espaço central no debate atual, em virtude do papel fundamental da escola na superação da exclusão.

Assim, o Ministério da Educação e Cultura por meio da Secretaria de Educação Especial, estabeleceu a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008), a qual tem por objetivo constituir políticas públicas voltadas à educação de qualidade para todos os alunos, assim descritas:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Neste sentido, com sua implantação espera-se consolidar o pensamento desenvolvido por vários segmentos que atuam junto aos alunos com diferentes deficiências, visando assim atender os anseios nacionais e internacionais que vem de há muito tempo tentando combater qualquer forma de discriminação, propiciando desta forma a presença de alunos com necessidades educacionais especiais em salas de aulas das escolas comuns do ensino regular, possibilitando assim ter os mesmos direitos humanos, deveres e liberdades fundamentais ao seu desenvolvimento e formação enquanto cidadãos.

Por sua vez, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – LDB (1996) e a *Resolução CNE/CEB nº 02, BRASIL (2001)*, descrevem que a educação especial é uma modalidade de educação escolar, e deve fazer parte do sistema educacional brasileiro, visando assim “garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais específicas, envolvendo todas as etapas e modalidades da educação básica” além de representar “um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais”.

No entender de Prieto (2006), foi a partir de meados da década 90 que o processo de escolarização de pessoas com necessidades educacionais específicas incluídas em classes comuns, passou a entrar na pauta da legislação brasileira sobre educação, nos debates e até mesmo fruto de publicações acadêmicas.

Em decorrência disso, segundo Levy e Facion (2008), para se alcançar uma educação de qualidade oferecida a todos se faz necessário à participação ativa do professor, cujo êxito de sua atividade será determinado pelas condições de trabalho, formação do professor, competência pedagógica, habilidades e avaliações periódicas das estratégias metodológicas utilizadas, se tornando desta forma indispensável ao sucesso da inclusão.

Para Santos (2012) a educação representa a base do desenvolvimento social, a qual tem como papel proporcionar ações efetivas em direção aos direitos sociais, possibilitando assim oferecer alternativas para as pessoas excluídas do sistema de ensino se integrar, resgatar seus direitos enquanto cidadãos na luta pela universalidade dos direitos sociais.

Neste sentido, a expressão “*alunos com necessidades educacionais específicas*” é utilizada para definir pessoas com deficiência (intelectual, auditiva, visual, física e múltipla), altas habilidades / superdotação, conforme descrito no documento Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008).

Desta forma, preocupados com essa temática é que nos inspirou ao realizar a presente pesquisa, visando aprofundar os conhecimentos sobre o processo de educação inclusiva, tendo como participantes os educadores especiais, e que de posse dos seus resultados contribuir com o processo de formação, conhecimento dos educadores e na tomada de decisão, por parte dos órgãos formadores e executores da política de educação inclusiva estadual.

O presente estudo teve como objetivo geral levantar a percepção da atuação dos educadores com atividades em salas de recursos multifuncionais inclusivos da rede de ensino regular das escolas estaduais urbanas de Rio Branco - Acre - Brasil, com destaque as perspectivas e desafios a sua prática profissional. Tendo também como objetivos específicos: Identificar a formação/capacitação didático-pedagógica dos educadores que atuam na educação especial; Questionar a opinião dos educadores sobre a infraestrutura física e a adequação oferecida pelas escolas estaduais que recebem alunos com necessidades de educação especiais; Destacar as perspectivas e desafios enfrentados pelos educadores especiais no desenvolvimento de sua prática profissional; Levantar as facilidades e dificuldades encontradas pelos educadores que atendem os alunos com necessidades educacionais especiais; Contribuir com a Coordenadoria de Educação

Especial da Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Acre e órgãos formadores no estabelecimento de políticas públicas junto aos educadores, alunos, servidores e familiares.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Pesquisa descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, com amostragem por conveniência desenvolvida junto a 28 educadores com atividades em Salas de Recursos Multifuncionais, atuando em escolas estaduais da zona urbana de Rio Branco - Acre - Brasil, pertencente à Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Acre.

Para a abordagem qualitativa, foi utilizado um roteiro de entrevista contendo questões abertas, cujas respostas foram transcritas, processadas, categorizadas e agrupadas por semelhança de conteúdo para análise e discussão, conforme proposto por Bardin (1977) e Minayo et al. (1994).

No que se refere aos dados quantitativos, foi utilizado um formulário contendo dados de identificação dos professores, envolvendo aspecto sócio-educacional como: idade, gênero, grau de escolaridade, graduação, tempo de graduação, tempo de ensino na educação específica, cursos com formação especial, número de escolas que trabalham, número de alunos com necessidade especial que atendem, cujos dados foram processados de forma manual tendo em vista o tamanho da população, bem como apresentados na forma de tabelas com frequência e percentual e quadros, visando facilitar sua visualização.

Pelo fato da pesquisa envolver seres humanos, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Acre (UFAC).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Acre (SEE), no Censo Escolar do ano de 2012, havia 123 escolas estaduais com matrículas de alunos com diferentes deficiências, totalizando 1562 alunos, dos quais 1217 recebiam Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecido por 121 educadores especiais. Por sua vez, o município de Rio Branco - Acre - Brasil, possuía 95 escolas com

este tipo de atividade na zona urbana e rural, sendo que somente foram pesquisadas as escolas da zona urbana, totalizando 35, quando foram entrevistados 28 educadores do AEE.

Os dados de identificação dos 28 participantes encontram-se na tabela 1, quando a maior frequência 13 (46,4%) estava na faixa etária de 41 - 50 anos, o que revela um corpo docente adulto médio, enquanto os demais dados estão distribuídos na própria tabela.

Tabela 1. Distribuição dos dados de identificação dos educadores com atividades educacionais específicas, nas escolas estaduais da zona urbana de Rio Branco, Acre, Brasil, pertencente à Secretaria de Educação e Esporte do Estado do Acre, 2012/2013.

1 - Idade (em anos).	(f)	(%)
21 – 30	3	10,7
31 – 40	8	28,5
41 – 50	13	46,4
51 – 60	3	10,7
61 e mais	1	3,5
2 – Sexo.		
Feminino	27	96,4
Masculino	1	3,6
3 - Formação profissional.		
Pedagogia	14	50,0
Letras Português	6	21,4
Educação Física	2	7,1
Letras Inglês	2	7,1
Ciências Biológicas	1	3,5
Letras Português / Inglês	1	3,5
História	1	3,5
Geografia	1	3,5
4 - Ano de formação profissional.		
1981 - 1990	1	3,5
1991 – 2000	8	14,2
2001 – 2010	15	53,5
2011 e mais anos	4	14,2
5 - Tempo de formação profissional.		
3 - 5 anos	27	96,4
6 - 8 anos	1	3,6
6 - Você possui formação em educação especial?		
Sim	28	100,0
Não	-	-
7 - Se Sim. Há quanto tempo atua na educação especial?		
Menos de 1 ano	1	3,5
1 – 5 anos	17	60,7
6 – 10 anos	7	25,0
11 – 15 anos	-	-
16 – 20 anos	1	3,5
21 – 25 anos	1	3,5
26 e mais anos	1	3,5
8 - Quanto curso já participou em educação especial?		
1 – 5	10	35,7
6 e mais	18	64,3
9 - Em quantas escolas de educação especial você trabalha		
1 – 2	28	100,0
10 - Em quantos expedientes vocês trabalham? (facultado mais de uma resposta)		
Manhã	24	-

Tarde	26	-
Noite	1	-
11 - Quantos alunos com educação especial você atende? (facultado mais de uma resposta)		
6 – 10	6	-
11 – 15	19	-
16 – 20	7	-
21 – 25	4	-
26 – 30	1	-
31 e mais	1	-
12 - Quais as deficiências dos alunos que você trabalha? (facultado mais de uma resposta)		
Deficiência intelectual	23	-
Física	20	-
Baixa visão / Cegueira	17	-
Auditiva / Surdez	16	-
Múltiplas	14	-
Transtornos globais de desenvolvimento – TGD	14	-
Síndrome de Down	6	-
Deficiência intelectual	4	-
Altas habilidades / Superdotação	3	-
13 - Sua escola possui docentes preparados para atender alunos com diferentes deficiências?		
Sim	22	78,5
Não	6	21,5

N = 28

No tocante ao sexo dos respondentes, 27 (96,4%) eram feminino e apenas um (3,6%) masculino, o que mostra a representatividade do sexo feminino neste tipo de formação e exercício no magistério com necessidades educacionais especiais, sendo que para os diferentes tipos de formação profissional, o pedagogo apareceu como o mais representativo com 14 (50,0%) profissionais.

No que se refere ao ano de formação, 15 (53,5%) se formaram no período de 2001-2010, além de que 27 (96,4%) haviam se formado de 3 - 5 anos, sendo bastante novos neste tipo de atividade profissional, apesar da idade avançada, quando 100,0% deles possuíam educação especial, como também trabalhavam de uma a duas escolas.

Para o tempo de atuação no ensino especial 17 (60,7%) atuavam de um a cinco anos, sendo os demais distribuídos na tabela.

A participação em cursos sobre educação especial, foi representativo os 18 (64,3%) que responderam de 6 a mais vezes, o que mostra a motivação e o interesse pela temática.

Quanto ao horário de expediente de trabalho, 24 responderam trabalhar de manhã, 26 à tarde e apenas um no período noturno. Vale ressaltar que foram encontrados docentes que atuavam em mais de um expediente, cujos dados não foram trabalhados por nós.

Dos docentes pesquisados, 19 trabalhavam com 11 - 15 alunos distribuídos nos diferentes turnos, sendo que, no tocante as deficiências dos alunos, 23 apresentavam

deficiência intelectual, 20 física, 17 baixa visão / cegueira e 16 auditiva / surdez, como sendo as mais representativas, enquanto que os demais dados estão distribuídos na própria tabela.

Por sua vez, 22 (78,5%) responderam que sua escola possui docentes preparados para atender as diferentes deficiências, contra apenas um 6 (21,5%) que disseram não.

Ao discorrer sobre se “já teve oportunidade de discutir a Política Nacional de Educação Especial”, 24 referiram *sim*, facultado a mais de uma resposta, quando foram em encontros de diferentes naturezas como fórum, palestras, conferências, discussão em grupo entre outras, seguidas pelos oferecidos pela Secretaria de Estado da Educação do Acre / Coordenação de Educação Especial, com 13 respostas, enquanto que as demais estão dispostas na Tabela 2.

Tabela 2. Distribuição das respostas dos educadores sobre a discussão da política nacional de educação especial, nas escolas estaduais da zona urbana de Rio Branco, Acre, Brasil, pertencente à Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Acre, 2012/2013.

Discussão da Política Nacional de Educação Especial	(f)
Palestras /encontros / seminários / fórum / congresso / grupo de estudo / debates / conferências	24
Educação continuada na Secretaria de Estado da Educação do Acre - SEE / Coordenação Especial de Educação	13
Escola	4
Pós-Graduação	3
Graduação	1

Diante destes dados pode-se observar o esforço por parte dos órgãos gestores na preocupação com a qualificação de seus educadores no Atendimento Educacional Especializado, como também o individual para participar em encontros visando à obtenção de novos conhecimentos, para facilitar o exercício da sua prática profissional.

Vale ressaltar que em relação a este tema, Cinara (2008) reforça tratar-se de um processo visando o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiências ou altas habilidades / superdotação, envolvendo seus diferentes níveis e graus do sistema de ensino, além de que se fundamentam em referenciais teóricos e de acordo com as necessidades especiais de cada aluno.

Ainda a este respeito, um dado preocupante foi à ínfima discussão desta política em nível de graduação e de pós-graduação, principalmente se levarmos em consideração o tempo de graduação, a formação em educação especial e o ano de criação da Política Nacional de Educação Especial em 1994. A esse respeito, sugere-se a união de esforços

por parte do órgão gestor, formador e direção das escolas no oferecimento em conjunto de cursos de pós-graduação, visando melhorar o preparo dos seus educadores especiais.

Segundo Sant’Ana (2005) o processo de formação docente não pode se restringir a participação em cursos de forma eventual, mas, sobretudo estar envolvido em programas de capacitação, supervisão e avaliação, de forma integrada, permanente e contínua.

Tais colocações vêm ao encontro no que diz Sadalla (1997) *apud* Sant’Ana (2005) quando esta participação deve ir além da presença do professor nos cursos, ou seja, deve mudar sua ação no processo de ensino-aprendizagem, quando o educador necessita ser ajudado a refletir sobre a sua prática para compreender as crenças em relação a este processo e se tornar um pesquisador visando aprimorar o ensino em sala de aula.

Na questão seguinte, “*como você vê o processo de formação dos professores para atender alunos com necessidades educacionais especiais*”, cujas respostas estão distribuídas na tabela 3, quando se pode observar que 11 referiram como boa / satisfatória, mas que por sua vez 10 destacaram como sendo pouca / ineficiente e superficial a formação teórica na graduação.

Tabela 3. Distribuição das respostas dos educadores sobre o processo de formação dos educadores especiais, nas escolas estaduais da zona urbana de Rio Branco, Acre, Brasil, pertencente à Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Acre, 2012/2013.

Processo de formação dos educadores especiais	(f)
Formação boa / satisfatória	11
Pouca / ineficiente / superficial formação teórica na graduação	10
Processo difícil / inovador / complexo / lento / gradativo / cansativo / desgastante com muitas barreiras e que deve ser um processo contínuo	8
Importante para o trabalho com alunos especiais	7
Trabalhar mais as disciplinas práticas na graduação	6
Necessidade de mais apoio / investimentos aos educadores especiais	4
Saber identificar alunos com necessidades educacionais especiais / ter boa vontade / colocar em prática os conhecimentos adquiridos / abrir espaço para o trabalho com os demais educadores e servidores	2

Este dado é extremamente relevante, pois é na graduação que se deve iniciar todo o processo de aquisição dos novos conhecimentos, visando sua sensibilização e motivação para trabalhar com esse tipo de alunado especial, quando também se faz necessário trabalhar mais as disciplinas práticas como forma de se aplicar os conhecimentos teóricos aprendidos.

Ainda, sobre este tema, para se atingir os objetivos da educação inclusiva, e para que o educador atue de forma eficiente, é necessário não só investir no seu processo de

formação, mas, sobretudo também na sua educação continuada, aliada a toda uma rede disponível de recursos humanos, material didático-pedagógico, infraestrutura física, mobiliário adequado, equipamentos adaptados e financeiros para atuar de forma efetiva no desafio do processo de educação especial.

A esse respeito, para Santa'Ana (2005) descreve que o sucesso na implementação de mudanças nas práticas pedagógicas implica num ensino adaptado às diferenças, as necessidades do indivíduo e de educadores habilitados e preparados para atuar nos vários níveis de ensino. Diante deste fato, torna-se necessário que os educadores se preparem para atender as diferentes peculiaridades apresentadas pelos alunos, quando as universidades e os centros formadores tem papel importante neste processo, seja em nível de aperfeiçoamento ou de pós-graduação, além de estimular o desenvolvimento de pesquisas como forma de desenvolver métodos e técnicas de ensino para atender este tipo de alunado especial.

Em pesquisa efetuada por Sant'Ana (2005) encontrou que os professores não estavam preparados para atuarem no processo de inclusão, não tiveram oportunidade de aprender as práticas educacionais indispensáveis a exercício profissional nesta área, além da necessidade de terem apoio dos especialistas, situação esta que vem ao encontro de nossa pesquisa e o importante papel do órgão formador e gestor envolvidos com o processo de formação na área da inclusão.

No entender de Rodrigues (2008), o processo de educação inclusiva de alunos com deficiência no ensino regular gera novos desafios à formação dos educadores, não só para atuar com alunos num mundo segregado, mas sim para serem capazes de trabalhar com turmas de forma heterogênea, e que se faz necessário possuir olhares, saberes, competências e atitudes indispensáveis para se trabalhar com classes inclusivas. Descreve ainda, para que o professor seja competente ele deve atuar num amplo campo de domínio, o qual passa pelo conhecimento científico, aplicação psicopedagógica, metodologias do ensino, animação de grupos, atenção à diversidade, entre outras. Além de que o processo de formação inicial do professor deveria ser contemplado com conteúdos em todas as disciplinas para melhor prepará-lo em sua atuação inclusiva.

Dando prosseguimento, *“no seu entender a Secretaria de Estado da Educação do Acre / Coordenadoria de Educação Especial tem preparado adequadamente os educadores especiais da rede estadual para atender os alunos com necessidades educacionais especiais”*. Em suas respostas 27 mencionaram *sim, com certeza, ótima e boa*, cujas descrições detalhadas estão distribuídas na tabela 4.

Ao ser questionado se “a escola onde você trabalha promove formação continuada a seus educadores especiais” quando cinco (17,8%) responderam *sim*, ao promover encontros pedagógicos preparando os professores do ensino regular em diferentes períodos do ano. Por sua vez, 23 (82,2%) responderam *não*, tendo em vista que a formação fica sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação do Acre / Coordenação de Educação Especial, quando foi dito também que os encontros pedagógicos deveriam ser desenvolvidos com a participação de toda comunidade escolar, ou seja, educadores, comunidade, pais e servidores, inclusive com o desenvolvimento de projetos sociais integrados.

Tabela 4. Distribuição das respostas das entrevistas dos educadores com atividades educacionais especiais, sobre o processo de formação dos educadores, nas escolas estaduais da zona urbana de Rio Branco, Acre, Brasil, pertencente à Secretaria de Educação e Esporte do Estado do Acre, 2012/2013.

Processo de formação dos educadores especiais	(f)
Cursos / suporte em educação continuada pela Secretaria de Estado da Educação do Acre	27
Deixa a desejar / pouco / está em processo / melhorar com mais participação dos educadores	8
Preparar os demais professores e servidores para atuarem junto aos alunos com necessidades educacionais especiais	3
Troca contínua de professores dificulta a continuidade dos trabalhos	1

A esse respeito, Sant’Ana (2005) descreve que de acordo com relatos em sua pesquisa encontrou que “os docentes parecem crer que a habilitação específica deve ser o primeiro passo do processo inclusivo e, por isso parece exigir que tal condição seja atendida pelos órgãos responsáveis”

Dando continuidade foi levantado “*como você vê a disposição da infraestrutura física, mobiliária, pedagógica e de recursos humanos para atender alunos com necessidades educacionais especiais*”. Dos 22 que responderam 12 (54,5%) mencionaram como ótima / boa justificando por auxiliar os educadores no desenvolvimento do trabalho, que a escola tem o necessário para as atividades educacionais, bem como o Ministério da Educação / Secretaria de Estado da Educação do Acre doam vários recursos para o ensino especial. Por sua vez, para os 10 (45,5%) que responderam como *em parte / ruim*, justificaram pela falta / deficiência de material pedagógico e tecnológico, necessidade de melhorar e reparar estruturas físicas danificadas, como também construir salas adequadas e adaptadas, além da necessidade de possuir pessoal de apoio e cuidadores para atender as diferentes especificidades.

Segundo Cinara (2008) para que o processo de inclusão seja desenvolvido de forma eficiente, certas necessidades educacionais requerem atendimentos especializados, uso de recursos ao seu ensino, bem como ambiente físico adequado e adaptado com mobílias, material pedagógico e equipamentos que atendam as necessidades dos educandos especiais.

Como questão seguinte, foi levantado “*com a implantação da educação especial no ensino regular, como você vê o futuro das escolas que oferecem a educação especializada*”, quando em suas respostas mencionaram o apoio à formação especializada dos educadores e atendimento a comunidade, que estas escolas devem funcionar como centros de referências e apoio pedagógico às necessidades de educação especial, pois nelas existem educadores especializados para o atendimento a clientela pública interessada. Por outro lado houve uma resposta que este tipo de escola pode deixar de existir tendo em vista a inclusão do aluno especial no ensino regular.

A esse respeito, Sestaro (2008) em entrevista realizada pela *Revista Inclusão* discorre que:

Muitas instituições especializadas e as escolas especiais tem uma grande experiência a ser aproveitada nessa nova proposta de educação inclusiva. Porém, o que não se pode aceitar é a utilização de tais instituições em substituição às escolas comuns da rede regular, pois, assim, “eternizaríamos” a exclusão. O papel dessas instituições como definido na nova Política, será no atendimento educacional especializado, diferenciando-se das atividades desenvolvidas nas salas de aula comuns; complementando e/ou suplementando a formação dos alunos, buscando a autonomia e a independência na escola e fora dela.

A seguir foi investigada se “*sua escola desenvolve métodos e recursos didático-pedagógicos para atender alunos com necessidades educacionais especiais?*”, quando em suas respostas, 19 (67,8%) responderam *sim*, cujas justificativas foram que as escolas desenvolvem projetos e trabalhos em parceria com os professores das salas de aulas do ensino regular e de recursos; promovem de acordo com as necessidades dos alunos com deficiências, fazendo uso de adaptações de materiais com os professores regulares e coordenadores pedagógicos. Por sua vez, os seis (21,4%) que responderam *não* mencionaram que ainda não desenvolvem, pois utiliza métodos e recursos já elaborados, e que também ficam na espera dos recursos didáticos recebidos pelo Ministério da Educação / Secretaria de Estado da Educação do Acre / Coordenadoria de Educação Especial e outros setores. Já os três (10,7%) restantes responderam *em parte*, justificando que está aberta a receber métodos e desenvolver pesquisas; quando necessários alguns professores

desenvolvem nas salas de ensino regular e de recursos; como também confeccionam apenas alguns materiais pedagógicos para apoio ao ensino.

Para Cinara (2008) nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) dentre outras medidas, sugere que para atender esse processo, necessário se faz elaborar propostas pedagógicas que levem em consideração a concepção dos objetivos, a interação com os alunos especiais, reconhecer suas especificidades e capacidades individuais, organizar conteúdos de forma sequencial e adequada a diversidade dos educandos, adotar metodologias inovadoras e proceder à avaliação dos alunos fazendo uso de uma abordagem processual e emancipadora.

De acordo com Paula e Costa (2007) em relação qual é o melhor método de ensino, descreve que:

Não se pode aceitar que uma criança com deficiência seja simplesmente colocada no mesmo espaço que as demais, sem que a escola se preocupe em atender suas necessidades educacionais especiais. Ao mesmo tempo em que frequentam a classe comum, os alunos têm direito a um apoio pedagógico especializado, em outro horário. Tem direito, também, aos recursos materiais e pedagógicos para facilitar e garantir o aprendizado do currículo escolar.

Para a questão seguinte “*como você vê a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular*” cujas respostas foram categorizadas e agrupadas por semelhança de conteúdo de forma positiva e negativa, conforme descritas no quadro 1.

No tocante a esta problemática, Cinara (2008) descreve que:

O desejo de abrir espaços para uma vivência coletiva recheada de valores e crenças morais é compatível com a ideia de inclusão, mas provoca, por vezes, reações fortes e radicais que discriminam e questionam o pensar do acolher pessoas rotuladas de “descapacitadas”, ferindo diretamente a questão que parece ser tão simples, mas é complexa. Complexa no sentido de que desafia nossas crenças sobre a humanidade ao situar uma pessoa com necessidades educacionais especiais (NEE) em uma mesma sala com crianças ditas normais e querer detectar a reação do meio diante da diversidade e da diferença.

De acordo com Sant’Ana (2005) a ideia da presença de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, representa um importante avanço na inclusão, mas que o simples fato do ingresso deste aluno no mesmo ambiente, não significa que estão incluídos. Prossegue descrevendo que os “docentes e diretores parecem crer que a educação inclusiva é uma proposta viável, mas que, para ser efetivada, necessita de profundas transformações na política e no sistema de ensino vigente”.

Quadro 1. Categorização das respostas positivas e negativas sobre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, segundo os educadores especiais das escolas estaduais da zona urbana de Rio Branco, Acre, Brasil, pertencente à Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Acre, 2012/2013.

Categorização das respostas positivas sobre a inclusão do aluno especial no ensino regular
- Necessário para os alunos com necessidades educacionais especiais se desenvolverem de forma autônoma
- Vencer barreiras, preconceitos, integrar socialmente, ter as mesmas oportunidades e necessidades
- Alunos bem recebidos por professores e alunos regulares com estímulo para aprendizagem e constituição de novas amizades
- Alunos tem conseguido atingir os objetivos com o acompanhamento pelos professores especializados e com ajuda dos familiares
- A iniciativa está dando certo, mas com resultados a serem alcançados a longo prazo
- Inclusão se dará quando todos os professores, alunos, servidores e coordenadores estiverem realmente preparados para atuarem junto aos alunos com necessidades educacionais especiais
- Alunos especiais deveriam ter continuidade em sua formação nas escolas especializadas
Categorização das respostas negativas sobre a inclusão do aluno especial no ensino regular
- Alunos com necessidades educacionais especiais não conseguem acompanhar os alunos do ensino regular por ainda terem muitas falhas que necessitam ser melhoradas, é difícil, complexo e que está indo muito devagar
- Alunos não são bem avaliados por especialistas anteriormente para serem incluídos no ensino regular
- Alguns alunos ficam marginalizados
- A superlotação das salas de aula às vezes dificulta o processo de ensino / atenção aos alunos especiais
- A inclusão ainda não está acontecendo por várias barreiras, que vão desde a capacitação até a falta de recursos em geral, além da necessidade de conscientização em massa

Em entrevista na *Revista Inclusão*, Sestaro (2008) menciona que: “há muito tempo, a presença de alunos com deficiência nas salas de aulas das escolas comuns do ensino regular era exigida por documentos que afirmavam que essas pessoas tinham os mesmos direitos e liberdades fundamentais que as demais”.

No que concerne a esta problemática, Cornélio e Silva (2012) mencionam que a inclusão escolar tem como objetivo promover e efetivar o direito de toda criança frequentar a escola de forma regular, portanto independente de suas condições sejam elas físicas, mentais ou mesmo sociais, garantindo desta forma a educação de qualidade a cada um de seus alunos, respeitando e reconhecendo suas heterogeneidades individuais e potencialidades.

A educação inclusiva deve proporcionar aos seus alunos muito mais do que seus direitos garantidos enquanto cidadãos, e com isso conseguir atingir ao máximo suas potencialidades junto a seus colegas considerados “normais”, enquanto que para Fonseca (1995) a escola chamada regular necessita atuar de forma mais inclusiva, respeitar as diferenças entre as crianças, servi-la da melhor forma possível, atingindo assim o objetivo da educação inclusiva e contribuir na construção de uma sociedade mais justa e que respeite a diversidade humana.

Como questão seguinte foi levantada “*como você vê a percepção dos pais ao matricular seus filhos com necessidades educacionais especiais no ensino regular*”, cujas respostas foram categorizadas e agrupadas por semelhança de conteúdo com percepção positiva e negativa, as quais estão distribuídas no quadro 2.

Quadro 2. Categorização das respostas positivas e negativas sobre o comportamento dos alunos regulares ao receber na sala de aula alunos com necessidades educacionais especiais, segundo os educadores especiais das escolas estaduais da zona urbana de Rio Branco, Acre, Brasil, pertencente à Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Acre, 2012/2013.

Percepção positiva dos pais ao matricular seus filhos no ensino regular
- Segurança ao conhecer o trabalho nas salas de recursos
- Matriculam sem problemas, de forma positiva por ficaram entusiasmados com o desenvolvimento dos filhos e com a segurança da escola
- Acompanham a vida escolar dos filhos
- Otimismo pela inclusão do aluno especial no ensino regular, na gestão da escola a ascensão social
- Acreditam na capacidade dos filhos e que eles podem aprender mais ao terem as mesmas oportunidades dos alunos regulares
- Confiam nos educadores das atividades educacionais especiais e apostam na iniciativa da inclusão
Percepção negativa dos pais ao matricular seus filhos no ensino regular
- Ficaram apreensivos, preocupados, apáticos, inseguros, com receio pela discriminação e expectativa de como será a experiência do contato do filho deficiente com os alunos do ensino regular
- Sente medo pela não aceitação de seus filhos pelos colegas do ensino regular
- Medo do filho não acompanhar o ritmo do ensino regular pelo fato da inclusão ainda ser um processo novo
- Receio ao dizer o diagnóstico do filho e a escola não aceitar a matrícula do filho

- Pais não acreditam no desenvolvimento do filho, não aceitam sua deficiência, pela indagação quanto ao seu futuro
- Falta de suporte adequado a família
- Pais não entendem o verdadeiro significado de matricular os filhos no ensino regular e na sala de atividades educacionais especiais por falta de consciência em relação a inclusão e o direito dos seus filhos
- Pais matriculam seus filhos só por matricular

Ao observar as respostas de forma geral, era se esperar percepções de diferentes naturezas, por se tratar de tema novo e ainda não bem difundido e compreendido pela comunidade, educadores e gestores, mas que por outro lado, reforça aqui a importância de se efetuar ampla divulgação das experiências positivas fazendo uso dos diferentes meios de comunicação, efetuar um trabalho mais integrado pais / escolas / educadores / gestores e comunidade, visando com isso diminuir as barreiras, estimular e dar confiança aos pais e com isso alcançar os objetivos da educação inclusiva.

Dando prosseguimento, ao questionar *“como vê o comportamento dos alunos regulares ao receberem na sala de aula alunos com necessidades educacionais especiais”* quando suas respostas categorizadas com aceitação positiva e negativa, as quais estão distribuídas no quadro 3.

Nas respostas positivas foi possível observar certo grau de aceitabilidade de forma natural pelo alunado regular, quando a escola tem papel fundamental neste processo de preparo não só do alunado, mas também dos educadores, pessoal de apoio e familiares visando o sucesso da inclusão.

Quadro 3. Categorização das respostas positivas e negativas sobre o comportamento dos alunos regulares ao receber na sala de aula alunos com necessidades educacionais especiais, segundo os educadores especiais das escolas estaduais da zona urbana de Rio Branco, Acre, Brasil, pertencente à Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Acre, 2012/2013.

Categorização das respostas positivas do comportamento ao receberem alunos especiais no ensino regular
- A maioria aceita com naturalidade, com solidariedade, coleguismo, sem preconceito e com boa vontade pelo fato de serem receptivos, amigos e carinhosos
- A escola trabalha a temática inclusão em projetos para evitar preconceitos

- Realização de palestras sobre as atividades de inclusão com alunos com necessidades educacionais especiais
- Crianças e jovens sabem lidar melhor com a inclusão dos que os adultos quando familiarizados
Categorização das respostas negativas do comportamento ao receberem alunos especiais no ensino regular
- Alguns alunos regulares precisam ser mais bem trabalhados, acham estranhos, tem preconceitos, rejeição e até fazem chacotas
- No início é difícil, falta de maturidade, se espantam e tem receio de se aproximar.

Em cartilha do Paula e Costa (2007) descreve que “nas classes onde os trabalhos são feitos em grupo, os alunos colaboram uns com os outros para a construção do conhecimento, as aulas tornam-se mais interessantes, com mais possibilidades de garantir o sucesso da aprendizagem”.

Foi levantado também às “*facilidades e dificuldades encontradas pelos educadores especiais ao trabalharem os alunos com necessidades educacionais especiais*”, cujas respostas estão distribuídas no quadro 4.

Quadro 4. Categorização das facilidades e dificuldades encontradas pelos educadores especiais das escolas estaduais da zona urbana de Rio Branco, Acre, Brasil, pertencente à Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Acre, 2012/2013.

Facilidades encontradas pelos educadores especiais
- Alunos são interessados em aprender o que facilita o trabalho de educação
- Formação e experiência dos educadores e especialistas facilitam o atendimento junto as diferentes experiências
- Escolas trabalham esta temática junto aos educadores com atividades educacionais especiais
- Boa vontade e esforço dos alunos, educadores, família e professores da sala de aula do ensino regular
- Laudo médico sobre o diagnóstico do aluno especial em muito facilita o trabalho dos educadores
- Aquisição de novos conhecimentos e experiências em muito facilitam o desenvolvimento do trabalho
- Boa relação, diálogo, alunos amáveis e compreensíveis o que facilita o trabalho
- Espaço físico, formação profissional e apoio pela Secretaria de Estado da Educação do Acre
- Capacitação, estudos e conhecimentos sobre as várias deficiências para melhorar o trabalho
- Realização periódica de encontros pedagógicos, estudos e pesquisas ajudam para melhor entender, compreender e atender os alunos especiais
- Participação dos alunos especiais e familiares no atendimento feito na sala de recursos contribui para o aprendizado

- Existência de material didático-pedagógico adequado para o desenvolvimento do trabalho
- Mentalidade das pessoas está mudando
- Proporciona melhor qualidade de vida
Dificuldades encontradas pelos educadores especiais
- Dificuldades pelos pais para levarem os alunos especiais para as atividades de ensino no contraturno além de trazerem em horários diferentes
- Familiares não se envolvem, não tem compromisso, não ajudam muito, não trazem os alunos com assiduidade por problemas financeiros e sociais
- Dificuldade para atender alunos com deficiência auditiva pelo fato dos educadores não terem formação em Libras
- Falta de estrutura física adequada, pessoal, recurso didático-pedagógico, material adaptado, pessoal de apoio
- Falta de conhecimento em relação à deficiência/diagnóstico do aluno especial pelos professores do ensino regular e especial e como trabalhar esse aluno
- Falta de incentivo financeiro, falta de cursos de especialização na área para os professores do ensino regular e especial para trabalhar com esse alunado
- Alunos vêm com fome e falta de instrução/conhecimento pelos familiares
- Sobrecarga docente para dar encaminhamento certo aos alunos com necessidades especiais
- Rotatividade de professores provisórios dificultando a continuidade do processo de educação
- Falta da avaliação do aprendizado do aluno
- Professores do ensino regular não sabem trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais além do pouco conhecimento sobre as deficiências
- Não comprometimento por parte dos funcionários de apoio, professores e familiares
- Professores do ensino regular acham que os alunos especiais não deveriam ser matriculados junto com os alunos do ensino regular
- Exigência de resposta/resultado imediato pelo sistema educacional
- Dificuldade ao conhecer cada tipo de deficiência e como trabalhar cada tipo de aluno, pois cada caso tem sua particularidade
- Dificuldade pelos educadores ao atenderem alunos quando apresentam comportamentos de agressividade
- Maior parte dos alunos especiais não é alfabetizada

A esse respeito ainda no entender de Paula e Costa (2007) uma das funções mais importantes das famílias que possuem pessoas com deficiência está relacionada ao favorecimento da participação dos filhos em todos os espaços da comunidade, proporcionando as crianças aprender, a se relacionarem e até mesmo enfrentarem as situações que surgem no dia a dia.

A esse respeito Sant'Ana (2008) *apud* Golfredo (1992) e Manzini (1999) descrevem que:

Tem alertado para o fato de que a implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educativas especiais, além de infraestrutura adequada e condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. O que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação especializada dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constitui em um sério problema na implantação de políticas desse tipo.

Em documento publicado por Paula e Costa (2007) descrevem que:

No caso de classes onde participam crianças com deficiências, é recomendável um número menor de alunos, embora o ideal seja a redução do número de alunos em todas as classes. Contudo, muitas vezes essa medida não pode ser posta em prática, de imediato, em função de pequeno número de escolas no município.

Com relação às respostas “*como veem o futuro dos alunos com necessidades educacionais especiais*” quando suas respostas foram agrupadas com percepção positiva e negativa, conforme quadro 5.

Quadro 5. Percepção do futuro dos alunos com necessidades educacionais especiais, encontradas pelos educadores especiais das escolas estaduais da zona urbana de Rio Branco, Acre, Brasil, pertencente à Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Acre, 2012/2013.

Percepção positiva sobre o futuro dos alunos especiais
- Futuro promissor, caminho a ser seguido, tem força de vontade, novos desafios, otimismo, autonomia, se sentem inseridos na sociedade, dependendo do grau de deficiência e de como trabalhar e incentivar o aluno especial pode prosseguir os estudos na graduação superior
- Com a implantação da política pública de inclusão há possibilidade de integração na sociedade e melhorias nas perspectivas futuras da vida
- Escolas vão se adaptando de acordo com as necessidades dos alunos especiais
- Possibilidade de formação técnica e profissional
- Acredita na capacidade do aluno especial mas depende do suporte, tipo e grau de deficiência
Percepção negativa sobre o futuro dos alunos especiais
- Ainda existem barreiras a serem vencidas
- Se não derem todas as condições terão poucas chances de desenvolvimento
- Se as leis forem realmente cumpridas terão futuro melhor do que o presente

Em relação às duas questões acima descritas, pode-se dizer que o processo de educação inclusiva de maneira satisfatória a ser oferecida pela rede de ensino não representa tarefa fácil pela complexidade de sua operacionalização, mas que por outro lado não se deve colocar a responsabilidade de incluir alunos com necessidades educacionais especiais somente aos professores, e sim todos devem abraçar esta causa, ou seja: aluno, família, professor, comunidade e o próprio sistema educacional em nível federal, estadual e municipal.

No tocante *“como vê a participação da família e comunidade na atenção aos alunos com necessidades educacionais especiais”*, suas respostas estão contidas no quadro 6.

Em virtude disso, muitos pais relutam em matricular em escola regular seus filhos com deficiências, por medo e receio de serem discriminados ou até mesmo agredidos, e como consequência disso privam seus filhos do direito de estudar na escola regular, de ter seu processo de educação efetivada e até se incluir socialmente enquanto cidadãos.

Dentro desta ótica, Sant’Ana (2005) encontrou que:

Os participantes reconheceram a importância de uma educação democrática, que atenda à totalidade dos cuidados, no entanto, apontaram que os órgãos administrativos competentes devem tornar as providências necessárias, incluindo a participação ativa de educadores, dos pais e da sociedade para proporcionar aos indivíduos com deficiências um ensino adequado às suas necessidades específicas.

Quadro 6. Opinião da participação da família e comunidade na atenção aos alunos com necessidades educacionais especiais, encontradas pelos educadores especiais das escolas estaduais da zona urbana de Rio Branco, Acre, Brasil, pertencente à Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Acre, 2012/2013.

Opinião positiva da família e comunidade
- Participação presente tanto da família como comunidade no desenvolvimento e acompanhamento do aluno
- Percepção positiva e contínua no processo de formação e educação do filho em sua casa
- Necessidade de direcionamento por parte da Secretaria de Estado da Educação do Acre
- Processo ainda em construção
- Conscientização e participação da família e comunidade como reflexo do trabalho da escola e educadores
Opinião negativa da família e comunidade
- Dificuldade na comunicação entre a família e comunidade

- Família às vezes não dá muita atenção, pouca participação e presença de entraves de diversas naturezas
- Famílias não acreditam no potencial dos filhos, mas tem as exceções
- Nula, família e comunidade participam apenas da vida escolar do seu filho
- Família e comunidade não traz frequentemente o aluno nas atividades no contra-turno, como também não se envolvem
- Família e comunidade ainda não entenderam a importância de matricular seu filho na atividade de ensino educacional e no ensino regular
- Família e comunidade não se responsabilizam e querem transferir a responsabilidade para escola
- Necessidade de maior conscientização

Segundo Rodrigues (2008) tendo em vista a crescente complexidade dos programas de educação especial, as especificidades, a diversidade, a heterogeneidade do comportamento dos alunos, as respostas institucionais, o surgimento de novas áreas curriculares, e etc, tem tido implicação direta na profissão docente, a qual não deve ser desempenhada por professores sozinhos, mas, sobretudo, que trabalhem cooperativamente com os colegas, outros profissionais e famílias visando atingir os objetivos da educação inclusiva.

Na cartilha do Paula e Costa (2007) sobre esta temática dizem que:

Numa sociedade inclusiva, a relação dos profissionais com os familiares deve ser de cooperação, juntos na direção do atendimento às necessidades específicas da criança. Os objetivos a serem alcançados e as decisões a serem tomadas devem ser discutidas entre todos envolvidos. Cabe aos profissionais esclarecer todos os passos dos atendimentos que vão ser realizados e o que vai acontecer. A decisão dos familiares deve estar baseada em informações dadas por esses profissionais. Além de que outra tarefa de grande importância dos pais é a escolha, de como desejam que seus filhos sejam educados, devendo respeitar os valores e as crenças da família.

Sant'ana (2005) descreve que:

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docente, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes deem continuidade ao desenvolvimento profissional a ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional.

Como questão final foi levantada “*que sugestões vocês fariam para contribuir com o processo de educação de alunos com necessidades educacionais especiais*”, cujas respostas estão descritas no quadro 7.

Nas suas respostas fica claro nas sugestões que a responsabilidade em relação à educação inclusiva deve ser dividida entre a gestão, educadores, formadores, escola, comunidade, pais e servidores de apoio, aliado a um ensino não só teórico, mas, sobretudo prático. Preocupação também deve ser dada a infraestrutura física, mobiliário adaptado, equipamentos, incorporação de outros profissionais na equipe, servidores e capacitação profissional de toda equipe visando o aprimoramento do processo de inclusão, mas que para isso necessário se faz compreender que o desenvolvimento do aluno especial deve ser de forma diferenciada, estimulando e conhecendo suas potencialidades.

Quadro 7. Sugestões para contribuir como processo de formação dos alunos com necessidades educacionais especiais, encontradas pelos educadores especiais das escolas estaduais da zona urbana de Rio Branco, Acre, Brasil, pertencente à Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Acre, 2012/2013.

- Família deve ser mais presente, acompanhar e acreditar no potencial do seu filho
- Pais devem dar e estimular a autonomia do seu filho
- Proporcionar a união da escola, família e comunidade no processo de inclusão
- Os cursos oferecidos pela atividade educacional especial devem ter caráter mais prático
- Investir nas políticas públicas, melhorar a infraestrutura escolar para facilitar o acesso dos alunos especiais
- Oferecer capacitação especializada para os educadores
- Melhorar o preparo teórico e prático no ensino de graduação
- Investir no conhecimento/formação do pessoal de apoio, administração, comunidade e familiares
- Dotar as escolas com outros profissionais como (enfermeiro, assistente social, educador físico, artes cênicas, música, fisioterapeuta e outros) para atuar em equipe, visando o desenvolvimento integral e estimular as potencialidades dos alunos especiais
- Ter um olhar mais humano aos alunos especiais
- Oferecer cursos e encontros para todos os professores indistintamente e não somente aos educadores com atividades educacionais especiais, pois caso contrário não se configura como inclusão
- Oferecer formação profissional com tempo maior, inclusive com a participação da família e comunidade para melhor conhecer a deficiência do seu filho e como proceder o processo de cuidar/ensinar
- Respeitar a individualidade do aluno

- Oferecer mais cursos sobre a educação especial pelo Ministério da Educação e Secretaria de Estado da Educação do Acre, visando o aperfeiçoamento profissional e desempenho das atividades educativas
- Oferecer incentivo financeiro, técnico e cursos para os professores com atividades educacionais especiais no seu próprio expediente de trabalho
- Gestores devem abraçar mais a causa da inclusão e contribuir com os professores das salas de recursos
- Conceder incentivo/promoção as escolas que se destacarem em ações de inclusão
- Sensibilizar o órgão formador de educadores para atuar futuramente com estes alunos visando a inclusão
- Compreender que o ritmo de aprendizado do aluno especial é diferente do ensino regular
- Despertar as potencialidades individuais de cada aluno
- Dotar a escola com serviço de transporte para os alunos com atividades educacionais especiais, visando à participação em atividades extra-escolares
- Pais devem se envolver mais no aprendizado e desenvolvimento do seu filho, e não deixar que esta atividade seja apenas da escola

4. CONCLUSÃO

Ao realizar a presente pesquisa sobre a temática educação inclusiva, tendo como participantes os educadores especiais das escolas estaduais da zona urbana de Rio Branco - Acre - Brasil, pertencentes à Secretaria de Estado da Educação e Esporte, foi possível encontrar um corpo docente adulto médio, a maioria do sexo feminino, com formação em pedagogia, com preparo em educação especial, exercício na área de um a cinco anos, atendendo alunos com deficiência intelectual e física, sendo as mais representativas.

A grande maioria teve a oportunidade de discutir a Política Nacional de Educação Especial, em encontros de diferentes naturezas promovidos pelos gestores e por esforço individual.

Menos da metade referiu como boa / satisfatória a sua formação, e parte da outra metade como pouca / ineficiente / superficial os conteúdos tanto teóricos como práticos recebidos na graduação.

O órgão gestor tem preparado seus educadores com o oferecimento de cursos e suporte na educação continuada, diferente do encontrado na promoção pela direção das escolas, pois ficam na espera das realizações pelos órgãos gestores e formadores.

Quanto à infraestrutura física e pedagógica das escolas, a grande maioria considerou como ótima / boa, por ter o material necessário para auxiliar no ensino, sem deixar de desconsiderar que a outra parte respondeu como em parte / ruim, justificando necessidade de material tecnológico, didático, reparos estruturais, pessoal de apoio e cuidadores nas especialidades atendidas.

No que diz respeito ao futuro das escolas especializadas com a implantação da educação especial, foi respondido que estas devem funcionar como centros de referências e apoio pedagógico às necessidades específicas.

Ao levantar o desenvolvimento de métodos e recursos didático-pedagógicos pelas próprias escolas, mais da metade a desenvolvem integrados com os educadores do ensino regular e da sala de recursos, fazendo inclusive adaptações para facilitar o processo de ensino de acordo com as necessidades dos alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação.

A inclusão dos alunos especiais no ensino regular foi considerada necessária para o aluno alcançar autonomia e atingir os objetivos da educação inclusiva, apesar de que ainda existem barreiras e preconceitos a serem vencidos em longo prazo, como marginalização, superlotação de salas e falta de avaliação pelos especialistas antes de se matricularem.

A percepção dos pais ao matricular seus filhos deficientes no ensino regular foi encontrada como sentir segurança por conhecer os trabalhos das salas de recursos, confiar nos educadores, acompanhar a vida escolar dos filhos e acreditar na sua capacidade, apesar de alguns responderem a apreensão pelo medo da não aceitação pelo aluno regular, não acompanhar o ritmo dos alunos, falta de suporte pela família e não acreditar no desenvolvimento do filho.

Já para o comportamento dos alunos regulares ao os receberem com necessidades especiais na sala de aula, foi aceita com naturalidade, solidariedade, coleguismo e sem preconceito, apesar de haver necessidade de se trabalhar mais esta inclusão evitando os preconceitos e rejeição.

Para as facilidades aos educadores foram mencionadas que os alunos são interessados, preparo dos educadores, existência de espaço físico, material didático-pedagógico, mobiliário e equipamentos fornecidos pelo gestor federal e estadual, e como dificuldades destacaram os pais que não levam os filhos no ensino do contra-turno, não os matriculam, não acreditam no seu desenvolvimento, não se envolvem e rotatividade dos professores como as mais representativas.

Ao discutirem o futuro deste tipo de alunado, responderam como promissor, novos desafios, otimismo e inserção na sociedade, formação técnico-profissional por acreditar no potencial e capacidade do aluno dependendo de sua deficiência, apesar de citarem também a existência de barreiras ainda a serem vencidas.

No que se refere à participação da família e comunidade na atenção a esse alunado, disse da presença dos pais, percepção positiva e contínua neste processo que ainda está em construção, sem, no entanto deixar de mencionar a dificuldade encontrada na comunicação família comunidade e não acreditar no potencial do filho.

Como questão final e como sugestões, destacaram a necessidade da presença e maior envolvimento da família, acreditar no potencial do filho, integrar e unir escola / família / comunidade, oferecer cursos de formação de caráter mais prático, melhorar a infraestrutura física e material, proporcionar melhor formação do alunado em nível de graduação, ter um olhar mais humano e despertar o potencial do aluno.

Assim, diante desta pesquisa, com seus resultados foi possível levantar contribuições importantes aos órgãos formadores e gestores no estabelecimento das políticas públicas voltadas ao processo de educação inclusiva.

5. REFERÊNCIAS

BARBERENA, C. F. R. **Da Educação Especial à Educação Inclusiva: significados políticos, filosóficos e legais**. 1ª ed. Boa Vista: Editora UFRR, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/66**. Brasília - DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política nacional de educação inclusiva na perspectiva da educação inclusiva. **Inclusão – Revista da Educação Especial**. Brasília, v. 4, n. 1, p. 9-17, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 2**, de 12 de setembro de 2001, Brasília-DF, 2001.

CORNÉLIO. M.; SILVA, M. M. **Inclusão escolar: realidade ou utopia?** Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/PO17408053808.pdf>>. Acesso em: 29/05/2012.

FÁCION, J. R.; LEVY, G. C. T. M. **O papel do professor na educação inclusiva**. In: FÁCION, J. R. (org.) **Inclusão Escolar e suas implicações**. Curitiba: IBPEV, 2005.

FONSECA, V. **Educação especial**: programa de estimulação precoce – uma introdução às ideias de Feurstein. 2ª ed. versão aumentada. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

MINAYO, M. C. de S. et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Vozes, 1994.

MRECH, L. M. O que é educação inclusiva? Disponível em: <http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_23.htm>. Acesso em: 23/05/2012.

PAULA, R.; COSTA, C. M. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Reimpressão. Brasília, 2007.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas s de educação no Brasil**. In: ARANTES, V. A. (org.). Inclusão escolar. Pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

RODRIGUES, D. Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. **Inclusão – Revista da Educação Especial**, v. 4, n. 2, p. 7-16, jul./out.2008

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

SANTOS, A. M. **A política de educação no Brasil**: implantação do serviço social escolar. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/a-politica-educacao-no-brasil-implantacao-servico-.html>>. Acesso em: 29/05/2012.

SESTARO, A.C. Entrevista. **Inclusão - Revista da Educação Especial**, v. 4, n.2, p. 4-6, 2008

VAZ, K. **Educação inclusiva**: ilusão ou utopia? Disponível em: <<http://www.lendomundo.wordpress.com/2011/06/12/educacao-inclusiva-ilusao-ou-utopia/>>. Acesso em: 29/05/2012.